



stefem

notícias

CUT BRASIL

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DOS ESTADOS DO MARANHÃO, PARÁ E TOCANTINS - 20 DEZ/2016

Nas crises sociais e pessoais costumamos falar com muita intimidade na “luz no fim do túnel”, a mesma referência de quando nascemos quando alguém nos dá a luz e a vida. Exatamente por isto, a luz simbólica do Natal nos remete ao renascimento de nós mesmos para alcançar a verdadeira iluminação de nossas existências.

Mais importante ainda, não precisamos renascer apenas para nós mesmos, mas nos irmarmos com todos que participam da nossa existência, para que seja com muito amor, harmonia, unidade em todos os propósitos sadios.

Nos unimos na luta pelos direitos dos trabalhadores, para que levem esta luz para seus lares e teremos nossa missão contemplada pelos rostos felizes de muitos que dependem do nosso trabalho.

A todos os trabalhadores, muita unidade na luta pelo direito a uma vida digna, com o nosso trabalho e nossa responsabilidade.

Feliz Natal! Feliz 2017



GOLPES CONTRA OS DIREITOS EXIGEM A NOSSA LUTA URGENTE

Este ano, que vai ficar registrado nas nódoas da História, deixou toda a sociedade brasileira e especialmente os trabalhadores e trabalhadoras em constantes sobressaltos. Seguramente, crise foi a palavra mais escrita, falada e transmitida.

Na passagem de 2016 para 2017 continuamos com severas ameaças a direitos sagrados dos trabalhadores. Os golpes na Previdência Social e supressão de direitos trabalhistas vão exigir muita mobilização dos trabalhadores e da sociedade. **Páginas 7 e 8**



SUPERAMOS 2016 COM A UNIDADE E VITÓRIAS EM NOSSA CATEGORIA

Depois de amargar zeros nos salários e PLR de 2015, começamos a recuperar nosso direito. **Página 4**

INÍCIO DE OPERAÇÃO DO S11D ABRE OS TRILHOS PARA UM TEMPO MELHOR

Inaugurado neste dia 17, começa operar em janeiro, o S11D, que vai alavancar a Vale. **Página**

Comunicação mais ágil com a criação de Conselho Editorial

Com o objetivo de viabilizar mais as ações da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Maranhão, Pará e Tocantins – STEFEM, foi implantado o Conselho Editorial formado por três diretores e dois jornalistas.

O Conselho Editorial é formado pelo diretor de Comunicação, Novarck Oliveira, o diretor financeiro, Eduardo Pinto, o presidente do STEFEM, Lúcio Azevedo e os jornalistas Domingos Cezar e José Geraldo Ribeiro, sendo presidido por Novarck Oliveira.

Desta forma a diretoria do Sindicato objetiva maior rapidez no processo de comunicação, além da utilização de todas as mídias sociais nas quais os diretores convivem com os trabalhadores e com a sociedade, nas bases das empresas Vale, VLI (VOP/FNS) e Transnordestina.

Para tanto, será gradativamente implantado um novo site com notícias atualizadas para que os trabalhadores acompanhem os acontecimentos, quer seja, as assembleias diversas, reuniões, e orientações gerais de interesse dos ferroviários e portuários. O informativo continuará circulando de forma regular atingindo as mais diversas e distantes bases do sindicato.

UM TEMPO PARA SE INDIGNAR

Lúcio Azevedo - Presidente do Stefem

Os exemplos dados por figuras expoentes nos três poderes da República são suficientes para disseminar em nosso País uma convivência social catastrófica como em uma “terra de ninguém”, que permite a tantos falarem que estaríamos à beira de uma guerra civil ou de mais um golpe de gente portando baionetas e tráfegando em tanques e brucutus, vestida de verde oliva.

Temos um caos social instalado e isto nos cobra extrema responsabilidade na luta pelos direitos sociais, começando pelo respeito ao direito mútuo e coletivo. É urgente e necessário o nosso grito nas ruas contra as medidas exatamente destas figuras expoentes nos três poderes para impedir que

nossos direitos sociais e trabalhistas sejam saqueados.

Queremos desejar a paz, a saúde e a harmonia para todos, precedido de nosso senso de responsabilidade em defender um padrão de vida justo e honesto que construímos com o nosso trabalho.

O convite para se indignar é o respeito à nós mesmos, à nossa luta, aos compromissos que honramos, para garantir um presente e um futuro digno e moralmente bem vividos.



SINDICATO MOSTRA PREOCUPAÇÃO COM JORNADA A PRESIDENTE DA VALE

O presidente do Sindicato, Lucio Azevedo, aproveitando-se da última reunião do Conselho no Rio de Janeiro, no dia 14 último, de forma reservada, levou ao conhecimento do presidente da Vale, Murilo Ferreira, a preocupação do Stefem quanto à jornada fixa de 8 horas (6x2) praticada na área do Porto, que há muito tempo vem expondo a política de saúde e segurança, comprometendo principalmente a integridade física, social dos trabalhadores e o patrimônio da empresa.

Vale lembrar, que situação semelhante viveu os trabalhadores de Tubarão (ES), contornada com uma jornada alternativa de 12hs acompanhado de um adicional de 20 por cento a todos os envolvidos. Cabe salientar que tal proposta foi apresentada pela Vale ao STEFEM e rejeitada pelos trabalhadores em assembleia, por não oferecer em contrapartida o mesmo tratamento

econômico dispensado aos trabalhadores de Vitória, alegando a empresa não possuir orçamento para contemplar a mesma condição.

O Stefem não consegue entender o tratamento diferenciado diante de uma conjuntura econômica aonde Carajás é a maior referência dos projetos da Vale no mundo. O sensato seria manter a coerência de sua política que dispensa tratamento igual a todos os seus trabalhadores. Diante do quadro e de tal alegação inaceitável, não podemos conviver com essa condição de exposição dos trabalhadores e nem tão poucos sermos cúmplices de eventuais tragédias.

Se faz necessário, de forma urgente, discutirmos uma condição alternativa e segura que venha de encontro a uma política de saúde e segurança pregada pela empresa e cobrada pelo STEFEM.

Empresa descumpre nosso acordo coletivo para implantar mudanças drásticas

A direção do STEFEM oficializou à Vale o profundo descontentamento dos trabalhadores com procedimentos adotados pela empresa sem qualquer consulta ao Sindicato e ferindo compromissos assumidos com os trabalhadores através do Acordo Coletivo. Nossos companheiros reclamam de mudanças implantadas pela empresa nos processos de mapeamento de risco nas atividades perigosas com eletricidade na área do porto e também por mudança de jornada de trabalho para o pessoal da eletroeletrônica.

As mudanças de jornada que afetam direta-

mente os trabalhadores tomadas em medidas intempestivas, sem uma discussão e orientação prévia, causam alto nível de estresse e ansiedade, comprometendo também procedimentos de relações do trabalho defendidos e definidos em acordos coletivos

O sindicato exigiu da Vale o agendamento de reunião em caráter de urgência para que quaisquer alterações de horários ou forma de pagamento de direitos passem necessariamente pela discussão com os trabalhadores através do Sindicato.

PLR PODE SER MELHOR COM RECUPERAÇÃO DO MINÉRIO!

Depois do “ZERO” e investimentos que foram para o S11D, agora queremos o nosso empenho valorizado

A vale não tem mais o que reclamar do preço do minério e de lambuja vai colhendo a elevação do dólar, binômio que fermenta sua margem de lucro. A regular superação de recordes de produção pode agora ir as alturas, com a inauguração do S11-D, que fará a Vale subir no trampolim para a maior produtora mundial de minério de ferro.

Superada a crise depois de tanto sacrifício imposto aos trabalhadores, a empresa precisará resgatar o valor de sua mão-de-obra treinada e qualificada, virando uma página de exploração, sobretudo com o acordo coletivo e PLR de 2015 que nos chicoteou com dois “zeros”.

Em 2016 nosso País vive a expectativa da recuperação econômica, de retomar as atividades produtivas e ressuscitar o nível de empregos, depois de sofrermos um 2015 com demissões em massa, quebradeira geral e as maiores empresas brasileiras enlameadas por uma corrupção gigantesca que vampirizou a Nação a tal ponto que demandará uma convalescência sofrida e de longa duração.

PREJUÍZO

Em nosso ambiente, na Vale, os resultados financeiros em 2015 foram um desastre, agravados pelos impactos da tragédia de Bento Rodrigues, onde o rompimento da Barragem do Fundão ganhou proporções de destruição catastróficas. Para os trabalhadores na Vale 2015 é um ano para ser sempre lembrado de forma negativa, pois experimentamos tamanhos prejuízos. A empresa não reajustou os salários pela inflação



S11-D certeza de explosão dos lucros da Vale

acumulada de 10,34%, compensando com um abono de R\$ 7.100,00, promoveu milhares de demissões diretas e de empreiteiras e culminou também com o não pagamento de nenhum centavo pela Participação nos Lucros e Resultados.

O “zero” na PLR depois de outro “zero” nos salários foi um pesado golpe da Vale sobre os trabalhadores, pois além do arrocho no percentual, comprometeu os adicionais que compõem as verbas trabalhistas, os demais benefícios e o severo risco de afastamentos com um salário achatado.

Agora em 2016, temos plena convicção de que teremos um resultado operacional e financeiro muito positivo da Vale. Uma expectativa inicial da empresa de média anual de US\$ 48/tonelada no preço do minério de ferro deve

ficar em torno de US\$ 65/tonelada, com preços diários há bem pouco tempo variando próximo dos US\$ 80/tonelada. Com isto, em avaliações recentes, estima-se que a categoria teria direito no próximo ano ao pagamento de PLR num valor aproximado de 5.1 salários, o que valorizaria os trabalhadores pelo empenho operacional e os constantes recordes de produção da Vale.

Nos primeiros meses de 2017 até que o balanço financeiro seja divulgado, devemos cobrar da empresa uma atitude honesta para seus trabalhadores, de dividir um lucro real que contemple os resultados operacionais muito positivos e que refletem a extrema responsabilidade da categoria para atingir as metas, de forma que possamos superar este momento terrível em que enfrentamos as condições de trabalho

2016 FOI UM ANO DE RECONSTRUÇÃO

O reconhecimento da luta sindical e unidade da categoria garantem nossas vitórias

2016 começou depois de uma tremenda frustração dos trabalhadores na Vale após um acordo coletivo de trabalho, em 2015,

Os números voltaram a ficar fabulosos e nos facilitou pressionar a direção da empresa durante a campanha salarial, que culminou recentemente com o reajuste salarial de 8,5% nos salários e de 13% no Cartão Alimentação, além de um abono de R\$ 1.000,00 pago também dentro deste mesmo cartão.

Também na VLI alcançamos avanços importantes, como o reajuste salarial de 8,16% e, sobretudo, um reajuste importante de 22% no cartão alimentação, sendo elevado de R\$ 410,00 para R\$ 500,00, além da manutenção do reembolso educação para empregados. Outra questão importante, os R\$ 1.500,00 pagos no Cartão Alimentação representam muito mais do que se estivessem embutidos nos salários, pois teríamos levado boa dentada do leão do Imposto de Renda.

CONSCIÊNCIA DA CATEGORIA

Constatamos nestes acordos os sinais de que a luta organizada dos trabalhadores alcançam os resultados necessários para garantirmos os nossos direitos coletivos. No momento em que a categoria aceitou um abono de R\$ 7.100,00 em 2015 para compensar um “zero” no

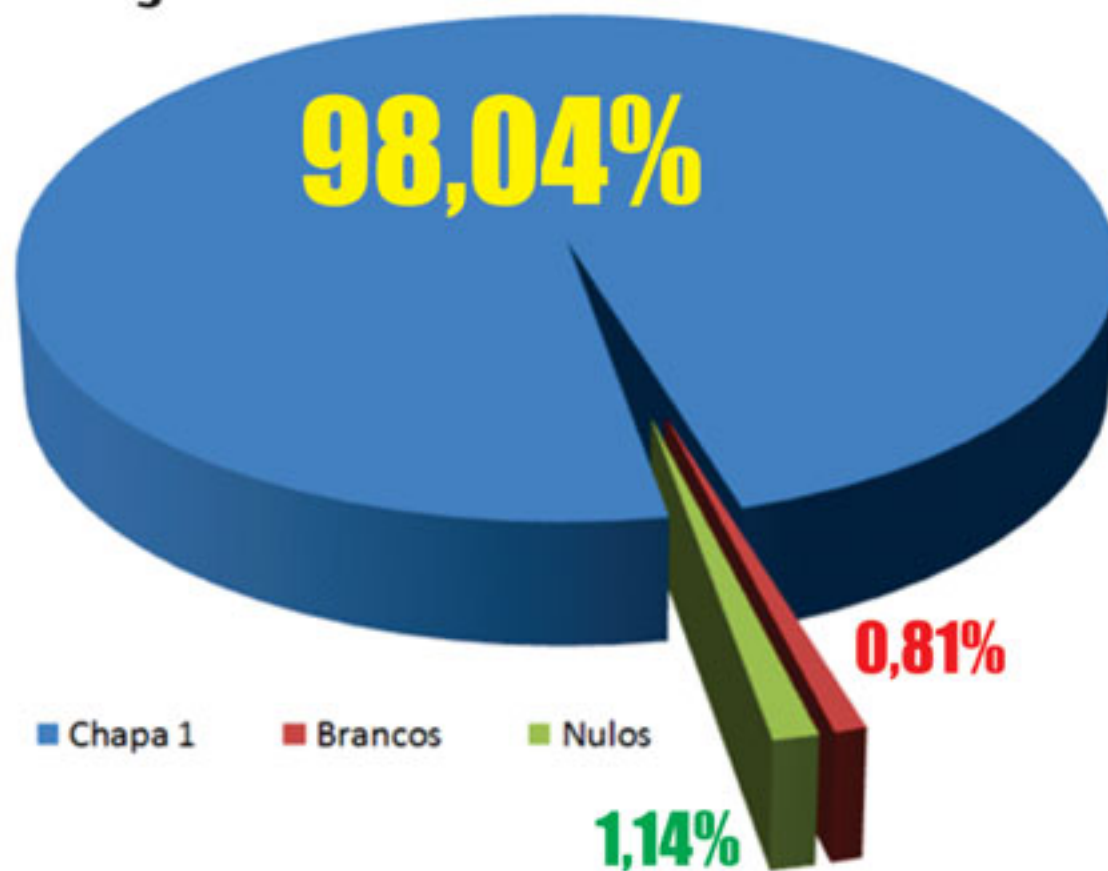


reajuste dos salários, não apenas nós, mas o Brasil inteiro era atormentado por demissões em massa de trabalhadores, num verdadeiro desmanche das atividades produtivas no País. Os trabalhadores demonstraram seu alto nível de consciência e de responsabilidade naquela decisão, mas, ao mesmo tempo em que aceitavam um “abono”, todos os companheiros protestaram veementemente contra a política de arrocho por não termos sequer a inflação repassada aos salários.

Esta consciência resultou no

apoio e unidade dos trabalhadores junto ao Sindicato, que se manifestou com transparência naquela momento para esclarecer a categoria. Foi exatamente este apoio e consciência da luta organizada que permitiu, na segunda metade deste ano, que as eleições no Stefem tivessem uma chapa de unidade, com um comparecimento extraordinários dos associados no processo de votação. As lutas e as mobilizações da categoria ferroviária foram renovadas, para enfrentar os vários desafios da categoria e também as ameaças aos direitos

ELEIÇÃO FORTALECEU O STEFEM



trabalhistas nos projetos do Governo Federal e seu Congresso Nacional enodado pela corrupção e investigações da Polícia Federal e pela Justiça.

Certamente, com toda a tragédia institucional que se abateu sobre o País, nossa categoria teve em 2016 um ano vitorioso, onde os ferroviários nos preparamos para desafios ainda maiores e que exigem nossa organização e luta cotidiana.

Projeto alavanca a empresa para o topo entre mineradoras

S11D dá vitalidade à mineração da Vale e à atividade da ferrovia

Localizadas em Canaã dos Carajás, no Sudeste do Pará, a mina e a usina do S11D, um projeto que teve o investimento de US\$ 14,3 bilhões, entram em operação em janeiro de 2017. Apenas a construção de um ramal ferroviário de 101 quilômetros consumiu um investimento de US\$ 7,9 bilhões, expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e ampliação do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA).

A Licença de Operação concedida pelo Ibama com validade de 10 anos foi obtida pela Vale no dia 9 de dezembro, viabilizando o maior projeto de minério de ferro da história da empresa e da indústria da mineração.

No início de outubro circulou o primeiro trem vazio, com 330 vagões, por toda a extensão do novo trecho ferroviário. O novo berço do Píer IV, em Ponta da Madeira, iniciou o comissionamento com carga, tendo carregado três navios VLOC em novembro.

O S11D tem três linhas de produção, podendo atingir 90 milhões de toneladas/ano, sendo que o minério será lavrado a céu aberto e transportado

da mina através de uma correia de longa distância. Segundo informações da própria empresa, “a usina, os pátios de estocagem e regularização de minério, as pilhas de estéril e canga (minério de ferro com teor mais alto de contaminantes) e a área de manobra e carregamento de trens estão localizados em antigas áreas de pastagem, fora da Floresta Nacional de Carajás (FLONACA), uma unidade de conservação que a Vale ajuda a proteger desde a

sua criação, em fevereiro de 1988.” Tal medida diminui a supressão vegetal em cerca de 40%. Dos 412 mil hectares, apenas 4% terão sofrido interferência da mineração, desde a instalação da empresa na região, há 30 anos.



O projeto S11D tem este nome por tratar-se do “bloco D” do “corpo S11”, localizado na Serra Sul, na grande região de Carajás. O potencial mineral do corpo S11 é de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, sendo que só o bloco D possui reservas de 4,24 bilhões de toneladas. As primeiras sondagens na região datam dos anos 1970. No início dos anos 2000, foram feitos os primeiros estudos de capacidade técnica e viabilidade econômica, que levaram à atual configuração do projeto. A vida útil da mina está estimada em 48 anos.



Direção do STEFEM programa visita ao S11D

Em face a compromissos assumidos anteriormente, o presidente do STEFEM, Lúcio Azevedo, não pôde atender o convite da direção da empresa para se fazer presente dia 17 de dezembro, na inauguração do projeto de Ferro Carajás S11D, em Canaã dos Carajás (PA).

Lúcio Azevedo que ocupa a cadeira dos trabalhadores no Conselho de Administração da Vale participou de reunião do Conselho, no dia 15 de dezembro, no Rio de Janeiro. Compromissos em São Luís logo em seguida impediram o deslocamento até Canaã dos Carajás, mas o presidente agenda uma visita ao projeto no início do ano com a diretoria do Sindicato. “Estamos viabilizando nossa visita para a segunda quinzena de janeiro, quando teremos a oportunidade de irmos a Canaã dos Carajás com diretores e delegados para

conhecer de perto o projeto”, afirmou Azevedo, observando que na inauguração é grande a movimentação de convidados.

PROJETO S11D

Lúcio Azevedo esteve em Canaã dos Carajás em meados de junho de 2014, na companhia de dirigentes sindicais da Vale de todo o Brasil. Eles participaram do Workshop de Saúde e Segurança promovido pela Vale, na área aonde foi implantado o projeto.

Os visitantes convidados tiveram a oportunidade de conhecer, através de vídeo, o modelo de montagem até que os módulos fossem encaminhados devidamente montados na área de mina. Os sindicalistas conheceram a área operacional da mina e área de montagem dos módulos.

Diretoria do Sindicato busca o retorno de trabalhadores demitidos da Pelotização

A usina de pelotização foi reaberta pela Vale e pode buscar companheiros já qualificados

Fechada há mais de três anos, a usina de pelotização da Vale volta a funcionar na área do porto do Itaqui. A notícia surpreendeu positivamente a diretoria do STEFEM que cobraba da empresa a volta dos trabalhadores demitidos a seus respectivos cargos.

Para tanto, a diretoria por intermédio do presidente Lúcio Azevedo, já enviou ofício à direção da empresa, em São Luís, sugerindo que a mesma consulte seus arquivos no sentido de contatar os trabalhadores oferecendo aos que desejarem o trabalho de volta.

De acordo com Lúcio



Azevedo, essa decisão seria o mínimo o que a direção da empresa pode tomar diante da crise que se estabeleceu sobre o país. Acredita-se que boa parte desses trabalhadores pode ter arranjado um novo emprego, mas outros podem estar desempregados.

A usina de pelotização é

um setor muito importante dentro da estrutura da Vale, no Porto do Itaqui, pois emprega dezenas e dezenas de trabalhadores, os quais foram treinados pela empresa e o aproveitamento de todos irá e beneficiar também a própria para a própria empresa.

Começam as obras da subsede de Açailândia

Sindicato amplia representação para facilitar e ampliar as mobilizações dos trabalhadores

O diretor financeiro da STEFEM, Eduardo Pinto, esteve recentemente na cidade de Açailândia acompanhando o início da tão esperada obra do prédio onde funcionará a subsede de Açailândia.

A subsede está sendo construída em área nobre da cidade, às margens da BR-222, na Vila São Francisco, em frente à Avenida José Reinaldo Tavares, que dá acesso ao Fórum de Justiça e Vila Ildemar.

Situada na confluência da BR-010 e das ferrovias Carajás e Norte-Sul, a cidade de Açailândia, com cerca de 104 mil habitantes, é o entroncamento principal dessas importantes rodovias e ferrovias.

“É uma cidade estratégica



também para implantação dessa base sindical do STEFEM”, afirma Lúcio Azevedo, presidente do sindicato. De acordo com o líder sindical, a subsede vai atender a categoria ferroviária da região.

Situada entre as principais bases de Marabá (PA), na Ferrovia Carajás, e Imperatriz (MA), na Ferrovia Norte-Sul, a

base centralizará todo eixo de ação dessas duas importantes ferrovias.

Lúcio Azevedo informa, ainda, que a subsede será dotada de toda infraestrutura de atendimento aos ferroviários associados aos STEFEM. “Com a subsede entregue não haverá necessidade dos associados se dirigirem a sede em São Luís para tratar assuntos de seus interesses”.

As bases sindicais, segundo informa Lúcio Azevedo continuarão prestando serviços jurídicos por intermédio dos advogados contratados pelo sindicato. “Buscaremos parcerias com as faculdades e universidades da região, a exemplo do que já acontece na capital”, conclui Azevedo.

GOVERNO TEMER ENCAMINHA O GOLPE NA APOSENTADORIA

O governo Temer apresentou na última segunda-feira, 5 de dezembro, o maior golpe contra os trabalhadores desde que consolidadas as leis do trabalho por Getúlio Vargas. O projeto de “reforma da Previdência” estabelece a idade mínima de 65 anos e, pelo menos, 25 anos de contribuição (hoje são necessários 15 anos) para que os trabalhadores alcancem a condição mínima para se aposentarem pela Previdência Social. Para receber 100% do valor, além de 65 anos, terá que contribuir, na prática, durante 49 anos.

Mulheres, que antes poderiam se

aposentar cinco anos antes (aos 60 anos), terão que atingir a mesma idade de 65 dos homens para se aposentarem.

As mudanças atingem a todos os trabalhadores, tanto de empresas privadas quanto servidores públicos e a classe política, mas deixa os militares de fora, usufruindo dos privilégios que ostentam hoje.

Homens que tiverem 50 anos ou mais e mulheres com 45 ou mais, terão uma regra de transição, em que o tempo que falta para se aposentarem será ampliado em 50%. Se faltarem, por exemplo, 6 anos, passa a ser necessário trabalhar mais 9 anos.



GOVERNO FARÁ ECONOMIA COM A MORTE 100% da aposentadoria só com 49 anos de contribuição

Com a a proposta do Governo Temer para a Previdência, um trabalhador precisará de exatos 49 anos de contribuição se quiser garantir 100% do valor da aposentadoria.

O cálculo é simples. Pela proposta, a idade mínima é de 65 anos e precisaremos de um tempo mínimo de 25 anos de contribuição para garantir o direito a 76% do valor da aposentadoria. Para cada ano trabalhado posterior a estes 25 mínimos teremos mais 1% computados no valor da aposentadoria. Ou seja, se os 25 mínimos garantem 76% do valor da aposentadoria, precisaremos de mais 24 anos para completarmos os 100%. Isto quer dizer que com o mínimo de 25 somados aos 24 anos, seremos obrigados a contribuir 49 anos para atingir os 100%. Para que uma pessoa possa se aposentar aos 65 anos recebendo 100% do valor, por exemplo, teria que ter começado a contribuir para o INSS aos 16 anos e não ficar nenhum período desempregado.

Mínimo de 67 anos até 2060

Essa idade mínima de 65 anos não será fixa.

Segundo proposta do governo, deve subir pelo menos duas vezes até 2060, chegando a 67 anos, para acompanhar o aumento da expectativa de vida dos brasileiros ao chegar à aposentadoria.

Ou pensão ou aposentadoria

Pela proposta, não pode acumular pensão e aposentadoria. Será obrigatório escolher um dos dois. Outro agravante, desvincula a aposentadoria do salário mínimo, permitindo que ela seja abaixo do menor salário pago no País.

A pensão deve ser de 50% da aposentadoria do morto, mais 10% por dependente. Mesmo que não tenha filho, o cônjuge vivo conta como dependente, ou seja, no mínimo, a pensão de 60%. O máximo é 100%.

Quando o filho ficar maior de idade, os 10% dele param de ser recebidos. Por exemplo: se o morto deixou uma viúva e um filho, eles recebem 70% até esse filho ficar maior de idade. Quando isso acontecer, a viúva passa a receber 60%.

CONJUNTURA DE GOLPES

AMEAÇA AVANÇOS SOCIAIS

Quando o Dr. Ulisses Guimarães ergueu como um troféu a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, no ato de sua promulgação, o Brasil passou a respirar o caminho da mudança, depois de 25 anos de ditadura militar, sem que o povo brasileiro pudesse eleger o presidente da República. Resultado de uma Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição de 1988 lavou a alma do povo brasileiro.

Mas agora, 28 anos depois da “Constituição Cidadã”, o País vive as trevas por mais uma onda de golpes dos “donos do poder” econômico e político para cortar à foice todos os direitos sociais alcançados, instalando uma típica ditadura parlamentar, comandada por grupos de “direita” enlameados até o pescoço e investigados pela Polícia Federal e pela Justiça. A presidência da República foi vítima de um golpe articulado por um presidente de Congresso que teve sua prisão retardada até que consumasse um golpe ao gosto da direita derrotada pelo povo nas urnas.

AMEAÇAS

Trabalhadores veem os direitos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela própria Constituição de 1988 serem ameaçados, como também os avanços sociais promulgados na Carta Magna. Uma das ameaças mais dramáticas, sem dúvida, são as graves mudanças que vêm sendo estabelecidas para dificultar o acesso dos trabalhadores à aposentadoria, prolongando a necessidade de contribuição e de se manter na atividade justamente em um momento do quase pleno desemprego e de extrema dificuldade para arcar com os compromissos sociais e familiares.

Enquanto o governo quer determinar idade mínima de 65 a 67 anos para a aposentadoria, as empresas promovem planos de desligamentos voluntários e programas de manutenção de empregos com cortes de salários. O antagonismo das medidas vai de encontro ao interesse governamental em impedir gastos com aposentados adiando o acesso ao direito previdenciário até quase à morte do trabalhador. O País assistiu atônito nos últimos dias a votação da PEC 55, que permite ao

governo cortar investimentos em saúde, educação e direitos básicos por 20 anos, como também a derrota no Supremo Tribunal Federal (STF) dos aposentados que continuam no trabalho sem poderem recalcular seu direito através da desaposestação.

SABOTAGEM

Além da sanha do Congresso Nacional, em sua maioria composto por representantes da elite, para flexibilizar as leis trabalhistas, sabotando direitos dos trabalhadores a título de desonerar as folhas de pagamentos com o falso discurso de gerar mais emprego, temos a Justiça como verdadeira servil dos interesses do capital e do governo golpista. Como não chamar de golpe contra os trabalhadores brasileiros a decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, de conceder liminar para suspender todos os processos em andamento na Justiça do Trabalho para garantir os direitos dos trabalhadores de acordos coletivos vencidos na data-base? Gilmar Mendes não escondeu a serviço de quem faz seu raciocínio para dar a canetada. Segundo ele, a norma protege apenas o trabalhador, ignorando que um acordo coletivo deve se preocupar com os dois lados da relação, empregado e empregador.

REORGANIZAÇÃO

Toda uma conjuntura facilitada pelos laços de poder da direita nos três poderes exige da sociedade uma reorganização dos seus mecanismos de luta, para o enfrentamento das iniciativas ameaçadoras, como a tentativa de reescancorar a privatização, começando pelo setor de saneamento.

Os sindicatos serão peça fundamental desta resistência e os trabalhadores precisam entender a urgência das mobilizações e do fortalecimento das suas entidades.

Temos diante de nós um retrocesso gigantesco e uma responsabilidade colossal para que não percamos tudo que conquistamos ao longo de décadas de lutas sociais e trabalhistas.

